



POLÍCIA JUDICIÁRIA
DIREÇÃO NACIONAL

CONCURSO EXTERNO Nº 5/2023

Referências de legislação necessária para a preparação e realização de prova de conhecimentos

1. Constituição da República de Cabo Verde, 2010;
2. Estatuto da PJ, aprovado pelo Decreto-legislativo n.º 2/2008, de 18 de agosto, alterado pelo Decreto- Legislativo n.º 1/2017, de 15 de maio;
3. Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, que aprova as Bases do Emprego Público;
4. Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, que estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública;
5. Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro, que estabelece o regime de mobilidade dos funcionários da Administração Pública;
6. Decreto-Legislativo n.º 2/2013, de 11 de novembro, que estabelece o regime jurídico da duração e horário de trabalho na Administração Pública;
7. Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de maio, que aprova o Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública;
8. Lei n.º 39/VI/2004, de 2 de fevereiro, que estabelece medidas de modernização Administrativa;
9. Estatuto de Aposentação e da Pensão de sobrevivência, aprovado pela Lei n.º de 61III/89, de 31 de dezembro;
10. Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, que estabelece as Bases do Orçamento do Estado;
11. Decreto-Lei nº1/2023 de 2 de janeiro, que define as normas e procedimentos necessários de execução orçamento para o ano económico de 2023;
12. Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/ 2015 de 14 de abril;
13. Lei n.º 109/VIII/2016 de 28 de janeiro, que estabelece o regime jurídico geral dos fundos autónomos;
14. Decreto-lei nº 29/2001, de 19 de novembro, que estabelece o Novo Regime Financeiro e da Contabilidade Publica;

15. Decreto-Lei n.º 57/2019, que estabelece os princípios e normas aplicáveis ao recrutamento e seleção de pessoal e dirigentes intermédios na Administração Pública.